

### NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

# Em oito anos, país passa da austeridade fiscal ao crescimento com redistribuição de renda

28/12/2010

De uma economia em crise, com pouco crescimento e inflação em ascensão, para o maior crescimento do PIB em mais de duas décadas, com desemprego em queda e reconhecimento internacional. A política econômica do presidente Lula, em oito anos de governo, foi marcada pela busca do crescimento com distribuição de renda.

A atuação do governo Lula na área econômica pode ser dividida em duas fases: a austeridade fiscal durante a gestão de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda, de 2003 a 2006, e o crescimento com reconhecimento internacional da administração Guido Mantega na pasta, que começou há quatro anos e continuará no governo da presidenta eleita Dilma Rousseff.

Com a necessidade de reorganizar a economia após o processo eleitoral de 2002, Lula iniciou o mandato por meio de um forte aumento de juros, que combinado com um ajuste fiscal mais rigoroso, resultou num crescimento do PIB de 0,5% em 2003. Inicialmente tinha sido divulgada queda de 0,2%, mas os números foram revisados posteriormente.

Em 2010, o presidente Lula termina o governo com um crescimento estimado da economia de pelo menos 7,5%. A média de crescimento até 2008, ano mais forte da crise econômica, chegou a 4,2% e entre 2010 e 2014 a expectativa para o crescimento médio está em torno de 6%, de acordo com estimativas do Ministério da Fazenda. Somente em 2009, por causa da crise econômica mundial, o PIB caiu.

A demanda interna que era de 0.2% no início do governo deve alcançar, em 2010, 10,3%. Quanto a demanda externa, que em 2002 era de 0,2%, tudo indica que deverá ficar negativa em 2,8%, com o Brasil exportando menos em consequência, ainda, da crise financeira internacional.

Contidos no primeiro mandato de Lula, os investimentos deslancharam na segunda metade do governo. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que em 2002 representava -7,8% do Produto Interno Bruto (PIB), deve fechar 2010 em 19,1% na mesma comparação, de acordo com o Ministério da Fazenda. Os destaques são os investimentos da Petrobras, do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A alta dos investimentos e do consumo impulsionou a indústria. Exceto em 2009, quando o Brasil ainda sentia os efeitos da crise, e 2003, o setor teve forte expansão. De 2,75% em 2002, a indústria deve encerrar 2010 com 8,5% de crescimento. O reconhecimento internacional dessa política veio em 2008, quando o Brasil recebeu o grau de investimento, certificação das agências de risco de que o país não dará calote na dívida pública.

O maior crescimento econômico também se refletiu em maior riqueza por brasileiro. O PIB per capita, que um ano após o início do governo era de R\$ 13.931, fechou 2009 em R\$ 16.414 e a estimativa do Ministério da Fazenda é que chegue a R\$ 17.500 em 2011, em torno de US\$ 10 mil. Os efeitos do aquecimento da economia, no entanto, não se concentraram na parcela mais rica da população e beneficiaram as camadas mais pobres da sociedade, motivada pela política de valorização real do salário mínimo e pelos benefícios sociais com o Programa Bolsa Família.

Entre 2002 até 2010 mais de 75 milhões de brasileiros foram incluídos na classe C e a desigualdade de renda pelo Índice Gini caiu de 0,58% para 0,54% em 2009, com dados na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Em consequência, houve redução da pobreza em 45%. Enquanto, o percentual de pobres em 2002 chegava a 26,7%, em 2009 caiu para 15,3% da população.

A criação de empregos também foi considerada recorde pelo governo. Em 2002, foram gerados 961 mil postos de trabalho. Para este ano, a estimativa do Ministério da Fazenda é de 2,2 milhões. Em novembro, a taxa de desemprego, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingiu 5,7%, o menor nível da história.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 12,5% para 5,85% (estimativa do boletim Focus do Banco Central, em 14 de dezembro). A meta a partir de 2006 foi definida em 4,5%, podendo variar dois pontos percentuais para cima ou para baixo.